

Mercosul ou não Mercosul?

Prof. J. William Grava

12 de julho de 2004

Os problemas recentes com a Argentina, na chamada "guerra das geladeiras", têm ocupado um grande espaço nos comentários econômicos dos últimos dias. Mais freqüentes depois que o saldo comercial tornou-se favorável ao Brasil, invertendo quase uma década de saldos positivos argentinos, os confrontos têm sempre o mesmo padrão. Movendo-se antes e tomando a iniciativa, a Argentina pode escolher entre uma atitude pacífica ou de confronto. Movendo-se depois, o Brasil tem escolhas mais limitadas: se adotar também uma posição belicosa, poderá ver o próprio desmoronamento da união aduaneira. Então, procura contornar o problema, assumindo uma atitude mais diplomática e fazendo algumas concessões apaziguadoras.

Dito assim, desenhamos a cena de um parceiro maduro, cauteloso, gerenciando os impasses criados pelo parceiro menor, problemático. Provavelmente os argentinos têm uma versão diferente a contar! Contudo, discutir quem tem razão é um exercício inútil: mais sentido faz discutir quais as verdadeiras alternativas de que dispõe o Brasil e qual a atitude mais adequada diante desta situação.

Afinal, o que ganhamos com o Mercosul? Encará-lo como um fim em si mesmo significa condená-lo desde o princípio. Nossas duas grandes referências, a União Européia e o NAFTA, possuem elementos ausentes no caso do Mercosul e fáceis de relacionar. O caso do NAFTA é bem evidente: o líder do bloco é simplesmente a nação mais rica do mundo e os outros dois membros seus satélites. No Mercosul o Brasil também é muito maior que seus parceiros mas nem de longe possui a capacidade econômica necessária para assumir um papel semelhante ao que os EUA assumem no tratado norte-americano. Ao pressionar o Brasil por concessões, alegando um desfavorecimento econômico e menor competitividade industrial a Argentina, e em menor escala o Uruguai e o Paraguai, estão apenas apresentando a resposta óbvia à posição de liderança brasileira, estejam eles corretos ou não.

O caso europeu, muito mais desenvolvido e complexo, também inclui a liderança por economias ricas, em particular a Alemã e a Francesa, além de um conjunto de etapas qualificadoras que os países latino-americanos estão muito longe de cumprir. Pensar em uma união aduaneira envolvendo países com regimes cambiais diferentes e contas públicas em equilíbrio precário significa impor restrições que os participantes não estão em condições de atender. Sempre haverá algum motivo para que os países membros precisem ou desejem aplicar regras aduaneiras diferenciadas, criando uma cadeia interminável de problemas na qual a "guerra das geladeiras" é apenas mais um episódio.

Tudo isto para quê? Se as apostas estavam no volume de negócios entre os membros, o objetivo está claramente frustrado.

Um segundo motivo para o Mercosul é o poder de barganha do bloco na negociação de acordos maiores, como a Alca, o acordo com a União Européia ou as negociações na OMC. Este parece um objetivo muito mais promissor, pois seus benefícios podem ir muito além do potencial comércio direto entre os países membros. Mais promissor e também menos restritivo, pois para conduzir uma negociação em conjunto os países não precisariam constituir uma união aduaneira e, talvez, nem mesmo uma área de livre comércio. Seria necessário apenas elaborar

uma agenda comum de negociação. Muito menos, mas nem por isso pouco ou fácil.

A verdade é que, precisássemos ou não da união aduaneira, ela foi adotada e defendida pelo Brasil nos principais foros de negociação: hoje, é sob os compromissos do Mercosul que o Brasil participa das negociações na Alca, OMC e com a União Européia. Agora, um eventual fracasso do Mercosul impõe conseqüências que vão muito além do prejuízo ao comércio regional, podendo comprometer todo o esforço acumulado nas negociações em andamento, em particular no caso da União Européia, mais avançado e mais próximo de um acordo.

A este ponto do texto, você pode concluir: deixamos de lado a questão dos objetivos iniciais para chegar a um ponto de não-retorno, onde temos mais a perder rompendo do que cedendo. O conforto de uma conclusão, lamento, é momentâneo: ao cedermos para preservar as negociações em curso criamos ainda mais um obstáculo, relativo agora à nossa competitividade. A despeito de nossos problemas, o fato é que a Argentina não está igualmente preparada para competir em um mercado global. Algo semelhante pode ser dito sobre o Paraguai e o Uruguai. Quando adotamos uma política aduaneira comum estamos nivelando nossa abertura comercial à daqueles países, criando uma amarra que o Chile, apenas para citar um exemplo regional, conseguiu evitar através de suas negociações isoladas, por pequena que fosse a sua economia.

Em outras palavras, não é certo que cedendo para preservar o grupo consigamos de fato chegar a bons acordos com os blocos maiores. Considere este exemplo: queremos maior abertura para os produtos agrícolas e agroindustriais. Como contrapartida precisamos ceder em outros mercados, e um deles é o automobilístico e de autopeças. Nós já temos nossos próprios problemas neste setor, claramente superdimensionado, mas a Argentina não consegue viver em paz sequer com os automóveis brasileiros, depois que a corrosão do poder de compra local favoreceu os carros menores. Mais sofisticados que os automóveis brasileiros, os europeus afetariam ainda mais a parte que coube à Argentina no acordo automotivo. Como negociar em conjunto e conciliar tais fragilidades?

Ao ceder para preservar o bloco, estamos na verdade assumindo um perfil de competitividade que não é o nosso, nivelando a posição brasileira a partir do elo mais fraco. Temos então um impasse: uma atitude de ruptura poderia afetar toda uma história de negociações, mas cedendo para conciliar poderíamos caminhar em uma direção prejudicial ao próprio futuro do país.

Ironicamente, quem achamos ser a fonte dos problemas pode trazer a solução. Não é de hoje que argentinos sinalizam a intenção de flexibilizar certos compromissos decorrentes da união aduaneira, garantindo a possibilidade de exercitar a sua própria política industrial.

Para nós, não importa se essa política é correta ou incorreta, se permitirá à indústria argentina desenvolver-se ou se apenas prolongará sua agonia. Flexibilizar a união aduaneira para que se torne simplesmente uma área de livre comércio pode ser nossa última chance.